



Manifestações acirram debates em Plenário

Protestos de servidores estaduais reivindicam direitos previstos em lei

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Os servidores da Segurança Pública, vinculados à Aprasc (Associação dos Praças de Santa Catarina), realizaram manifestações em diversas cidades do Estado. Em Florianópolis, fecharam a ponte Colombo Salles (sentido Ilha – Continente), por 30 minutos. Durante outros 10 minutos, as duas pontes (Colombo e Pedro Ivo), permaneceram bloqueadas ao trânsito. O movimento provocou engarrafamentos enormes, que duraram quase até o meio da tarde. Da ponte, os manifestantes se encaminharam à Assembléia Legislativa, onde continuaram seus protestos.

Eles reivindicam o pagamento de 15% do reajuste salarial referente ao primeiro semestre. De acordo com lei proposta pelo governo estadual e aprovada no final do ano passado pelo Legislativo, os servidores teriam direito a receber 15% de reajuste por semestre, até o final da atual administração, completando um percentual total de 93,81%.

O cumprimento desta lei é um dos argumentos do governo estadual para utilizar recursos da chamada *conta única* do Judiciário, proposta que está há duas semanas na ordem do dia, aguardando votação.



Trabalhadores da Segurança Pública e da Casan estiveram mais uma vez em frente à Assembléia para pedir apoio dos deputados

Página 7

Padre Marcelo lança filme na capital



Página 6

Venda de laboratório pode gerar CPI

O líder do PP, deputado Joares Ponticelli, poderá propor a criação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) na sessão plenária da próxima terça-feira (21) para investigar as suspeitas de irregularidades envolvendo a

venda do laboratório Elofar, que pertencia à SC Genéricos (controlada pelo Badesc) por R\$ 8,2 milhões, para a empresa paulista Multitrade. Esse convencimento foi reforçado após ter ouvido, na manhã de quarta-feira (15), em reunião

da Comissão de Finanças, atendendo a requerimento das bancadas do PP e PFL, os depoimentos do ex-presidente da SC Genéricos, José Carlos Borba, e do procurador da Multitrade, Roberto Villa Real Júnior.



Borba e Villa Real responderam a todos os questionamentos na sessão que durou quatro horas

Página 5

Agora vai

O cardeal belga Leo Joseph Suenens, um dos moderadores do Concílio do Vaticano II, já dizia: "A esperança não é um sonho, mas uma maneira de traduzir os sonhos em realidade". Um pensamento desenvolvido e enunciado em meados do século passado, mas que por sua amplitude exprime perfeitamente o atual sentimento da população do sul de Santa Catarina em relação à mais sonhada obra pretendida por aquele ordeiro e digno povo: a duplicação da BR-101, trecho sul.

Nos últimos meses, a novela - um tanto quanto mexicana - que envolve a duplicação da BR-101 ganhou novos capítulos, que incharam de esperanças e perspectivas positivas o tão sofrido povo sulista. Podemos destacar dois, produzidos justamente por protagonistas deste imbróglia interminável: a visita do presidente Lula e do ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, ao Estado. Nas duas ocasiões, o discurso foi de comprometimento com o início das obras ainda este ano. Uma vaga luz no fim do túnel voltou a brilhar. A esperança, matéria-prima para a realização dos sonhos, foi lançada mais uma vez aos corações dos catarinenses, os quais exigem, que esse sonho - em várias situações mais parecido com um trágico pesadelo - transforme-

se em realidade. Não podemos permitir que essa esperança se torne utópica ou quimérica diante da sociedade de nosso Estado.

Não há mais prazo para esperas. A estrada do Mercosul continua com sua trágica rotina de mortes. Somente no feriado da Independência, foram sete as vidas ceifadas sobre o leito da rodovia. As promessas contundentes para o início das obras arrastam-se ao longo dos últimos cinco anos, desde o comprometimento, em 1999, por parte do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, de que a duplicação iniciaria em sua administração. Durante este período, vários ministros que passaram pela pasta dos Transportes prometeram o mesmo, sempre para breve, e até agora, nada.

Confiamos nas palavras do presidente da República e do ministro dos Transportes. Endossamos a luta do governo federal em busca da melhor solução para a miscelânea que tornou-se a duplicação da BR-101. Entretanto, não podemos minimizar nosso processo de mobilização. As reivindicações continuarão. Por enquanto, de forma pacífica. Caso não tenhamos uma resposta imediata, com o cumprimento de mais esta promessa, outras atitudes serão tomadas, como, por exemplo, a interrupção da rodovia por tempo indeterminado.

Deputado Manoel Mota (PMDB)

Preservação ambiental

Apresentamos, recentemente, dois projetos de lei propondo a instituição de um programa de recuperação das matas ciliares (PL 340.7/2004) e a criação de uma compensação financeira aos pequenos agricultores que executarem atividades de preservação das áreas situadas às margens dos rios e das fontes d'água (PL 341.8/2004). A mata ciliar é a floresta que se localiza ao longo dos rios, córregos, igarapés, nascentes, lagos naturais e artificiais. Como tem grande importância social e ambiental é considerada área de preservação permanente, ou seja, não pode ser explorada, pois é protegida por lei.

O Projeto de Lei nº 340.7/2004, de nossa autoria, ao estabelecer com metas a construção de barreiras que impeçam o assoreamento e a erosão do solo, bem como, ainda, fornecer exemplares de espécimes nativas para reflorestamento das áreas de preservação permanente, permite a criação de mecanismos efetivos para a recuperação e proteção das matas ciliares. O Projeto de Lei nº 341.8/2004, por sua vez, pretende estabelecer condições para uma sociedade sustentável, fortalecendo a agricultura familiar, garantindo a segurança alimentar e a ocupação adequada dos espaços geográficos, possibilitando uma sociedade com menos violên-

cia, fome e desemprego, para não prevalecer a sociedade do êxodo, da violência e do caos das metrópoles.

Além das funções econômicas, sociais e culturais, as pequenas propriedades rurais possuem um potencial esquecido pelos governantes, que é a função ambiental, fundamental para conservar a biodiversidade. É exatamente nesta função ambiental que o Projeto de Lei nº 341.8/2004 pretende colaborar, buscando valorizar adequadamente a importância dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, fazendo com que os pequenos agricultores sejam parceiros do Poder Público no estabelecimento de um processo de desenvolvimento sustentável em nosso Estado.

Para que os pequenos agricultores possam exercer essa função ambiental sem prejuízo das outras funções, justa é a indenização em dinheiro, como forma de incentivo e recompensa pela conservação da biodiversidade natural e pelo sacrifício financeiro causado pela proibição de explorar as áreas rurais próximas das fontes de recursos hídricos. Indenização a ser feita pelo Poder Público, que foi o responsável pela colonização do nosso Estado e é diretamente interessado na preservação das fontes de recursos naturais.

Deputado padre Pedro Baldissera (PT)

Nova iluminação trará economia

Já tem prazo para conclusão a reforma iniciada no Plenário, no dia 5 de agosto, com o objetivo de promover a melhoria, modernização e conforto para parlamentares, servidores e galerias. De acordo com o diretor da Divisão de Serviços Técnicos e Manutenção da Casa, Edemilso Acorsi, a obra orçada em R\$ 699.171,25, que proporcionará uma economia de 50% a 60% em energia elétrica, podendo a chegar até 70%, será concluída até o dia 5 de outubro.

No sistema antigo eram utilizadas 29 lâmpadas de vapor de mercúrio e mais quatro holofotes da TVAL, gastando em torno de 21 mil watts, proporcionando 1 mil lux de claridade. Com esse sistema teriam que ser colocadas no mínimo mais de 30 lâmpadas. Com a reforma, serão instaladas 30 lu-

minárias do sistema HKI. Essas luminárias, que são mais modernas e têm como ponto principal uma vida útil mais longa, consumirão apenas 12 mil watts e proporcionarão 1.500 lux de claridade.

A nova iluminação terá quatro estágios e o número de luminárias será utilizado de acordo com o evento ocorrido em Plenário. "Essa nova iluminação ajudará no trabalho da TV e atuará também de forma decorativa, proporcionando conforto para todos", afirmou.

Além da reforma no sistema de iluminação, estão sendo trocados o forro, que foi danificado pela ação do tempo, os vidros, que agora serão transparentes, e a cor, que antes era cinza e agora é bege. O sistema de sonorização, os banheiros e as mesas e bancadas dos deputados também serão substituídos. (GMP)

(foto Solon Soares)



O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

■ Pergunte ao deputado ■

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Genésio Goulart (PMDB)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Orgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dzedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Estagiária: Elisa Alba da Silva

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Emanuelle Torres, Felipe Antônio Damo, Felipe Nunes, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Luciana Pons, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bordini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Estagiários Prog. Antonieta de Barros: Luciana Machado e Rodrigo César de Araújo

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

Dia do Administrador

Por proposição do deputado Djalma Berger (PSDB), a Alesc homenageou o Dia do Administrador em sessão solene, na quinta-feira (9)

(fotos Jonas Lemos Campos)



Na abertura do evento, Berger salientou a importância do administrador

Homenageados:

Ex-presidentes do CRA – Célio da Costa Struwe, Carlos Wolowski Mussi, Gilberto de Oliveira Moritz, Antonio Getúlio Westrupp, Ari de Melo Mosmann, Evanir Dario, José Carlos Kincheski, Juliano Schmitt da Silva, José Sebastião Nunes e Arsênio Patrício.

Parceiros em Administração – Desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira, empresário Genésio Mendes, professor Hamilton Sidney Alves de Carvalho, administrador Paulo César da Costa, jornalista e administrador Marcos Antonio Bedin e o reitor da Unidavi, Viegand Eger.

Administração Pública – Anacleto Angelo Ortigara, Hélio Vetter, José Francisco Payão, Mário Hildebrandt e Elcio Eduardo Pinto.

Administração Empresarial – Anselmo Freitas, Ingomar Rudnik, Paulo Sérgio Prisco Paraíso, Roberto Rogério do Amaral e Vilmar da Costa.

Administrador do Ano – Luciano Flávio Andriani, Nelson Santos Machado, Richard Spirandeli Júnior, Sinésio Volpato, Juliano Borges Mendes e Márcio Oliveira da Silva.

O evento aconteceu no Centro Administrativo do Estado, oportunidade em que o CRA (Conselho Regional de Administração) destacou os profissionais da área que contribuíram para o desenvolvimento técnico-científico da Ciência da Administração em Santa Catarina. Na mesma sessão foi entregue a Comenda do Mérito Administração 2004.

Ao abrir a homenagem, Berger enfatizou a importância

da administração no desenvolvimento do país e, em especial, para Santa Catarina. "O administrador é um dos grandes agentes do desenvolvimento de nosso Estado e quero crer que o futuro de Santa Catarina passará pelas mãos desses profissionais. Como deputado estadual e administrador por formação, não poderia me furtar de homenagear essa categoria e abrir as portas da Alesc para que se tenha um canal estabelecido entre as iniciativas públicas e privadas onde atua o profissional."

O presidente do CRA/SC, Arsênio Patrício, em nome dos homenageados, enalteceu a iniciativa de Berger, ressaltando que, pela primeira vez na sua história, o Conselho Regional de Administração estará premiando 22 profissionais com a Comenda Mérito em Administração e qua-

tro com a Comenda do Mérito em Administração. "A plenária do Conselho determinou que poderão receber os prêmios os profissionais Parceiro em Administração, Administrador Público, Administrador Empresarial e Administrador do Ano. Neste 9 de setembro, quando comemoramos 39 anos da regulamentação do Conselho, procuramos homenagear quem mais se destacou. Também escolhemos um profissional de cada categoria para receber o Prêmio Mérito em Administração", informou Patrício. De acordo com ele, a Administração, como profissão, foi criada pela Lei n.º 4.769/65 e regulamentada pelo Decreto n.º 61.934/67, no dia 9 de setembro de 1965. O CRA é um órgão consultivo, orientador, disciplinador e fiscalizador do exercício da profissão de administrador. (CA)



Deputado Djalma Berger e Arsênio Patrício, do CRA

Prêmio Mérito em Administração:

- Categoria Parceiros**
Genésio Mendes
- Categoria Administração Pública**
Mário Hildebrandt
- Categoria Administração Empresarial**
Roberto Rogério do Amaral
- Administrador do Ano**
Sinésio Volpato

Coral da Alesc comemora 4º aniversário

(foto Carlos Kilian)



O Coral é aberto a interessados da comunidade e suas apresentações dão brilho aos eventos na AL

Criado inicialmente com o propósito de oferecer aulas de canto, o Coral da Assembléia Legislativa completou quatro anos, sob a regência do maestro Reginaldo Osvaldo da Silva, que o acompanha desde seu início. Composto atualmente por 35 cantores, é integrado por servidores da Casa - efetivos, comissionados, ativos e inativos - e por pessoas da sociedade em geral.

O Coral nasceu na gestão do deputado Gilmar Knaesel (PSDB) como presidente da Alesc, em setembro de 2000, porém somente em agosto de 2001, já na presidência do deputado Onofre Agostini (PFL) com a aprovação da Resolução n.º 1203/01, de 7 de agosto de 2001, foi instituído oficialmente, vinculado à Assessoria Cultural.

Segundo Reginaldo, que é formado em Música pela Udesc, no iní-

cio da atual administração ficou assegurada a continuidade das atividades do Coral. O maestro ressaltou que a cada ano aumenta o empenho dos coralistas. "Percebo que o apoio de cada presidente fortalece ainda mais o profissionalismo dos integrantes que hoje deixam transparecer nos nossos ensaios a alegria e a paixão pela música".

Além de se apresentar nas sessões solenes do Legislativo, o Coral também atende convites para mostrar o trabalho dos nossos cantores em outros eventos. No próximo dia 19, estará participando do Festival da Música e Encontro de Corais, no município de Salete.

Os interessados em integrar o Coral devem comparecer às quartas-feiras, a partir das 19 horas, no Plenarinho, quando acontece o ensaio semanal. (MOR)

Audiência discute situação de rodovias

Representantes do DNIT (Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transportes) e do Sindicato das Empresas de Transportes de Carga de Santa Catarina estiveram na Assembleia, na quinta-feira (9), em audiência pública requerida pelo deputado Reno Caramori (PP), presidente da Comissão de Transportes. Em discussão, a situação precária das rodovias federais que cortam o Estado e as conseqüentes dificuldades do setor produtivo e de transportes.

O coordenador do 16º DNIT/SC, João José dos Santos, informou que até 2002 o então DNER (Departamento Nacional



Aplicação correta da Cide foi um dos principais pontos da audiência presidida por Reno

construção de rodovias. "Somente no ano passado, havia R\$ 17 bilhões na conta específica para essas finalidades. Deve haver ações judiciais, já que o governo está mais preocupado em amontoar recursos dessa conta para satisfazer o FMI."

O deputado Antônio Carlos Vieira-Vieirão (PP), presente à audiência, perguntou sobre a recuperação da BR-282, trecho Alfredo Wagner/Rancho Queimado. "Os usu-

ários têm reclamação do trecho sul da BR-101 está pronto, inclusive com a contratação das empresas.

Citando a falta de aplicação dos recursos da CIDE (Contribuição sobre Intervenção do Domínio Econômico) proveniente da comercialização de combustíveis, na recuperação, construção e manutenção das rodovias, conforme determina a legislação, Osmar Ricardo Labes, presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Carga, disse que o governo federal é culpado pelo estado precário das estradas. "A Federação Nacional dos Transportes tem liminar garantindo a aplicação dos recursos específicos", disse ele. (RMPP)



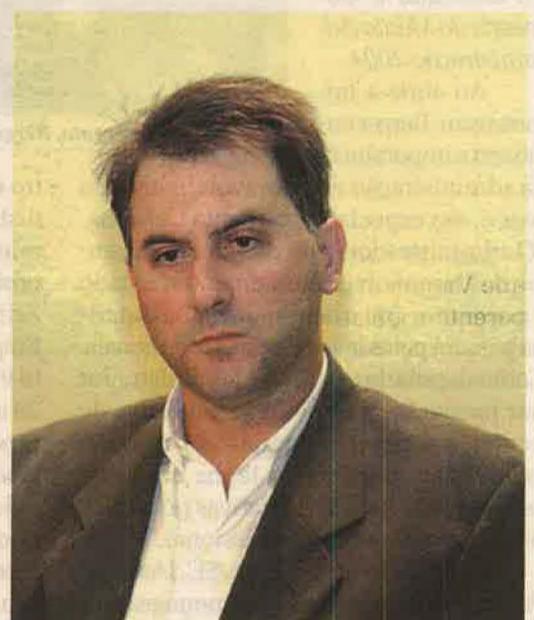
João José dos Santos

de Estradas de Rodagem) cuidava apenas das rodovias. Com sua transformação para DNIT, nesse mesmo ano, as atividades foram estendidas para os setores ferroviário e aquaviário, com redução significativa no número de funcionários. "É preciso reestruturar o Departamento", resumiu. Segundo Santos, dos 1.200 quilômetros considerados em estado crítico no começo

do ano passado, foram recuperados apenas 200. Sobre as obras previstas para o Estado, em resposta aos questionamentos de Caramori, Santos afirmou que, no caso da BR-280 há recursos liberados para duplicação, com projeto garantido para o início de 2005 no trecho entre o porto de São Francisco do Sul e Jaraguá do Sul. Entre outras obras prioritárias já reivindicadas estão a duplicação da BR-470 e o término da BR-282, trecho Campos Novos a São José do Cerrito

Caramori criticou o governo federal por não estar cumprindo a lei da aplicação de recursos para a recuperação e

ários têm reclamação do trecho sul da BR-101 está pronto, inclusive com a contratação das empresas. Onde em apenas uma ocasião mais de 50 veículos caíram nos buracos e tiveram problemas mecânicos. Os motoristas vão bater palmas caso este trecho seja restaurado". Conforme Santos, a autorização para recuperar o trecho citado pelo parlamentar já foi dada, e o processo de licitação para a duplica-



Osmar Ricardo, do Sindicato

Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil

Tendo como parceiros a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, presidida pela deputada Odete de Jesus (PL), e o Ministério Público Estadual, o Fórum promove audiência pública na próxima segunda-feira (20), às 14 horas, no auditório do Ministério Público, na capital. Vai tratar de ações de conscientização da sociedade catarinense no combate à violência e à exploração sexual de crianças e adolescentes. Os mais de 2.500 integrantes da entidade vão definir a campanha a ser implantada, já que o dia 24 de setembro foi instituído, através de lei, como o Dia Estadual de

Combate à Violência e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil.

A solenidade tem o objetivo de formar multiplicadores que difundam o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), o principal instrumento no combate a este crime, seja a violência intrafamiliar (praticada por membros da família), o abuso por desconhecidos ou a exploração comercial através de agenciamento e prostituição de crianças e adolescentes. Quanto à denúncia, Odete tem defendido na tribuna e em audiências públicas que toda vítima ou algum conhecido

da vítima deve levar o fato ao conhecimento dos Conselhos Tutelares, órgãos responsáveis por zelar pelo cumprimento do ECA. "Conscientizar e sensibilizar a população para a construção de uma nova cultura de respeito aos direitos e de repúdio a todas as formas de violência contra a criança e o adolescente é o principal objetivo do Fórum".

Fundação - O Fórum foi fundado em 16 de maio de 1998, em Chapecó, com a presença de representantes de todas as regiões do Estado. Os coordenadores e voluntários estão organizados em núcleos nos 293 municípios catarinenses. (RV)

Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil



SÓ NÃO VÊ QUEM NÃO QUER

Faça um pacto pela vida

Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil

Caso Elofar: informações indicam irregularidades

Scheila Dziedzic

Os parlamentares da Comissão de Finanças ouviram, na quarta-feira (15) pela manhã, as explicações do ex-presidente da SC Genéricos, José Carlos Borba, e do procurador da empresa Multitrade, Roberto Villa Real Júnior, sobre a negociação efetivada pelo Badesc (Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.) em setembro do ano passado, em que o laboratório Elofar foi vendido por R\$ 8,2 milhões para a Multitrade, sem processo licitatório. O presidente do Badesc, Renato Vianna, negou ter conhecimento da negociação quando prestou informações à Comissão, no dia 18 de agosto.

“O presidente do Badesc não se encontra em uma situação muito confortável, primeiro porque, quando compareceu à Comissão de Finanças não respondeu a nenhum dos questionamentos que foram feitos. Penso que Vianna não foi tão claro, transparente e objetivo como os outros dois. Tanto Borba quanto Villa Real estão com a consciência tranqüila da operação, mas acho que existem fortes indícios para propor a criação de uma CPI”, comenta.

Segundo o líder do PP, Joares Ponticelli, chama a atenção o fato de Vianna ter negado veementemente conhecer a operação, fato que, conforme Villa Real e Borba, não confere com a verdade. “Ele participou e tinha conhecimento de todo o processo. O assunto carece de uma investigação mais apurada”. Provocado por questionamento do líder do PFL, deputado Antônio Ceron, José Carlos Borba declarou que desde que foi nomeado presidente da SC Genéricos por Vianna, teve por missão recuperar o investimento feito no negócio, além de mantê-lo a par de todos os acontecimentos, consultando-o antes de qualquer decisão tomada.



Roberto Villa Real, procurador da Multitrade



José Carlos Borba afirmou que Vianna acompanhou o processo de venda

Controle acionário da SC Genéricos

De acordo com Villa Real, a posição da Multitrade era de manter uma proposta de compra do laboratório Elofar, caso 100% dos acionistas concordassem em vender as suas participações. “Tínhamos interesse de ter o controle do Elofar,

mas a compra só poderia ser concretizada se todos os acionistas concordassem”, resumiu. A única recomendação do promotor do Ministério Público, contou, era de que a operação não gerasse prejuízos aos cofres públicos. “E só fechamos o negócio porque para nós estava bem claro que a SC Genéricos é uma empresa de caráter privado e não de economia mista.

José Carlos Borba relatou que a empresa paulista Multitrade Comércio e Participações Ltda, além de adquirir o laboratório Elofar, tinha dado largada à operação de compra de 60,32% das ações que o Badesc detém da indústria de genéricos por R\$ 5 milhões. Este valor corresponde à soma apli-

cada pelo Badesc na viabilização da SC Genéricos em 2002, último ano da gestão de Esperidião Amin (PP), corrigido pelo TJLP e mais 6% ao ano. Com a operação, a Multitrade se tornaria a controladora absoluta da SC Genéricos.

Multitrade tinha promessa de ficar com 51% das ações da SC Genéricos e 100% das pertencentes aos acionistas do Elofar

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) questionou ainda se a Multitrade, que tinha promessa de 51% das ações da SC Genéricos e 100% do Elofar (ainda não transferidas), ficou devendo para si mesma. Villa Real diz que o débito é referente à parte do crédito das ações que foram negociadas. “Inclusive hoje (15) estamos fazendo o primeiro depósito judicial, estamos explicando ao juiz essa situação. A Multitrade deveria fazer um pagamento à SC Genéricos pela venda do laboratório Elofar. Desse valor que deveria pagar, parte tem que retornar à empresa. Para dar transparência neste processo, e aconselhado por nossos advogados, com a intervenção na SC Genéricos estamos separando a cota parte que seria do Badesc, depositando em juízo.

A venda

Em 11 de setembro de 2003, houve a decisão de elevar o capital do laboratório Elofar em R\$ 1,8 milhão com recursos da SC Genéricos. A Elofar, com esse patrimônio, foi vendida à Multitrade por R\$ 8,2 milhões sem licitação. Além de ganhar um ano de carência, terá 48 meses para honrar a dívida que será corrigida pela TJLP mais 6% de juros ao ano. Toda a negociação foi conduzida pelo presidente da SC Genéricos, José Carlos Borba, indicado pelo presidente do Badesc, deputado federal Renato Vianna. Villa Real afirmou ainda que, antes de fechar o negócio, foi ao Ministério Público Estadual fazer uma consulta sobre a legalidade do processo. O presidente do Badesc, Renato Vianna, e o presidente da SC Genéricos, José Carlos Borba, acompanharam o procurador da Multitrade ao MP. Vianna chegou a negar o encontro, admitido mais tarde.

Ilegalidades

O deputado Rogério Mendonça (PMDB) questionou Borba sobre as ilegalidades que foram apontadas pelo MP no que se refere à constituição da SC Genéricos. O ex-presidente afirmou que esta situação está sendo esclarecida pela justiça e que sua responsabilidade está restrita ao período em que esteve no comando da empresa. “Quero esclarecer tudo a partir deste período, porque efetivamente me traz problemas inclusive com os meus bens indisponíveis porque fui arrolado como réu neste processo. Gostaria de me fixar a partir de 16 de maio, quando passo a ter responsabilidades. Porém, nem todas que querem me imputar”.

Peninha quis saber se o Conselho de Administração, ao negociar o controle da SC Genéricos, agiu em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas e com a Constituição catarinense. Borba afirmou que as ações vendidas da SC Genéricos eram de propriedade de pessoas físicas e as ações do Badesc não foram negociadas. O que o Conselho vendeu foram só os ativos da SC Genéricos. Borba respondeu ainda que não havia nenhuma necessidade de autorização ou de opinião neste processo de venda, pois se tratava de propriedade pessoal, empresa de capital fechado que não precisava nem passar pela Bolsa de Valores. Mendonça acredita que o grande questionamento se dá em torno do aporte de capital de R\$ 1,8 milhão, antes da venda do laboratório Elofar.

Borba informou que se chegou à conclusão de que era necessário esse valor, naquele momento, para a empresa funcionar. “Se este valor fosse retirado da empresa, logicamente que o valor da venda seria outro. Pegar R\$ 1,8 milhão e devolver ao Badesc, eu não sei se faria bem à empresa ou se interessaria para o empresário ter a empresa nestas condições. O que nós tentamos foi recuperar para o banco os recursos investidos pelo Badesc e numa operação totalmente legal”. O deputado João Henrique Blasi (PMDB) argumentou não ser objetivo da reunião firmar nenhum juízo de convicção, mas sim do exercício dos parlamentares de cumprirem a função fiscalizadora. Blasi indagou também se em algum momento foi examinada a possibilidade de alienação do laboratório Elofar pela modalidade de leilão. Borba disse que num determinado momento decidiu-se pelo leilão e a operação foi abortada porque seria leiloado apenas um crédito, e não as ações.

Tolerância é a tônica de "Irmãos de Fé"

Carlos Agne

O padre Marcelo Rossi esteve pela primeira vez em Florianópolis, nesta semana, para o lançamento de seu novo filme, "Irmãos de Fé", dirigido por Moacyr Góes. No elenco estão os atores Thiago Lacerda, Rodrigo Hilbert, Othon Bastos, José Dumont, entre outros. Rossi retorna à telona depois da sua bem-sucedida estréia em "Maria, Mãe do Filho de Deus", que levou 2,3 milhões de espectadores aos cinemas.

Em circuito nacional desde 10 setembro, o filme conta a história do nascimento da Igreja e do renascimento de um menino. A trajetória de Paulo, que foi perseguidor de cristãos e acabou tornando-se um apóstolo, é contada ao mesmo tempo que a do adolescente Paulo, que está preso na Febem de São Paulo.

Padre Marcelo nasceu em 1967 e foi criado em Santana, na zona norte de São Paulo, onde morou com seus pais, Antônio e Vilma, e as irmãs Mônica e Marta. Aos 21 anos, sofreu um grande choque com o falecimento de um primo e a doença grave de uma tia, acabando por buscar conforto na igreja, a qual havia abandonado cinco anos antes. Inspirado na minissérie sobre o Papa João Paulo II, dedicou-se ao sacerdócio, sendo ordenado em 1994. Sua pregação entusiástica sobre a palavra de Deus, aos poucos, foi conquistando os fiéis, tornando-se um dos expoentes do Movimento Católico no Brasil. Um de seus grandes momentos ocorreu em 1997, quando celebrou missa para mais de 70 mil pessoas no estádio do Morumbi, em São Paulo. A partir daí, transportou para o disco a experiência de suas celebrações. A renda obtida com os discos vendidos beneficiou dez obras de caridade da diocese de Santo Amaro. Em 2003, produziu seu sexto CD e gravou o primeiro filme, uma obra que tanto sonhava.

AL Notícias - O que o levou a transportar para o disco e para o cinema o louvor a Deus?

Padre Marcelo - Creio que é do fundo do meu coração. Eu não sou fruto de Marte. Tem pessoas que pensam que houve toda uma estratégia. Um dia, li numa reportagem. Jesus! Mal sabem eles que eu era um professor de Educação Física que jamais imaginava ser sacerdote. Se tivesse que dizer sim novamente, com certeza diria.

AL Notícias - Qual a mensagem do filme "Irmãos de Fé"?

Padre Marcelo - "Irmãos de Fé" conta duas histórias simultaneamente. Uma delas começa com um seqüestro relâmpago protagonizado por um ho-

mem e um jovem, menor de 18 anos, em São Paulo. Eles forçam um casal de idosos a sacar dinheiro em um caixa eletrônico, mas acabam sendo presos pela polícia. O jovem chama-se Paulo (representado por Micael Borges) e acaba sendo encaminhado à Febem. Lá, ele recebe a minha visita. Paulo recebe o padre com hostilidade, mas acaba ficando na cela com uma Bíblia deixada por ele. A segunda história do filme desenrola-se a partir do momento em que o garoto Paulo começa a ler a história do apóstolo Paulo (Thiago Lacerda), no livro da Bíblia denominado "Atos dos Apóstolos". Nesse instante, a história muda seu cenário para a Jerusalém do século I depois de Cristo. Foi nesse trecho que o diretor utilizou-se do cenário natural da cidade de Ponta do Mel, interior do Rio Grande do Norte, como locação de parte das cenas. A história do apóstolo Paulo, que antes de se converter ao cristianismo chamava-se Saulo, é a de um sacerdote judeu que persegue os recém-surgidos pregadores cristãos. Ele recebe a autorização de outros sacerdotes para dirigir-se até Damasco, para prender hereges. A viagem, feita a cavalo na companhia de um

grupo de companheiros, é interrompida quando uma luz de incrível intensidade ofusca os viajantes. É quando, em conhecido trecho de Bíblia, a voz de Jesus indaga: "Saulo, por que me persegues?"

A partir desse ponto, depois que Saulo se converte ao cristianismo e é batizado como Paulo, o filme conta o seu trabalho de evangelizador. Os trechos passados em dias atuais vão se invertendo com os trechos passados em Jerusalém, na Palestina, onde também foram feitas locações.

AL Notícias - A história de Paulo é muito linda e a história da Igreja Católica é muito complicada. Como foi adequar o roteiro para o cinema?

Padre Marcelo - Na verdade, eu tive três preocupações. A primeira delas é que eu queria que o filme fosse



(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

livre. Mexi com seqüestro, com cenas fortes. Como tornar o filme livre? Eu quero atingir a catequese. Crianças de seis a sete anos. A Segunda foi a questão do anti-semitismo. São Paulo era um judeu que perseguiu cristãos, segundo contexto da época, e depois foi perseguido. Então, tomei muito cuidado, muitas cenas foram cortadas e não levamos por esse lado. E, por fim, não precisava ir para Jerusalém, mas acabei indo e mostrando que toda aquela intolerância do passado não deve existir. A mensagem deste filme é a tolerância.

AL Notícias - Como o senhor avalia a violência no País?

Padre Marcelo - Uma vergonha. Ainda estamos vivendo num país onde existe a falta de tolerância. No plano religioso e no plano social. Por isso, resolvi fazer esse filme, que tem tudo a ver e prega a tolerância. Paulo, mais do que nunca,

fala da tolerância.

AL Notícias - Quanto ao governo Lula, o senhor percebeu alguma evolução na situação social do país?

Padre Marcelo - Como eu pedi cinco anos para poderem julgar meu trabalho, eu ainda acho que deve acontecer o mesmo para se fazer uma avaliação do governo. No final do mandato dele é possível dar uma resposta. Eu

poderia até falar aqui, mas poderia ser injusto com ele.

AL Notícias - Entre tantos apóstolos, tantos santos, tantas riquezas da Bíblia, por que Paulo?

Padre Marcelo - Eu sou apaixonado pela história e pela vida de Paulo. Pela conversão. Não caí do cavalo e houve a conversão em minha vida. Eu trabalho com a Febem e vejo como é lindo se entregar à vida de Paulo e ver a pessoa ser totalmente transformada. As cartas de São Paulo são fantásticas. Fiz questão de terminar o filme com a carta que mais gosto. A primeira carta de Coríntios, capítulo três.

AL Notícias - Na sua escolha por atores globais, como Thiago Lacerda, existe uma intenção de evangelizar, chegar àqueles que, até então, não tinham encontrado a palavra de Deus?

Padre Marcelo - O único que escolhi foi o Thiago. Novela é uma coisa que menos vejo. Em televisão sou o mais desatualizado possível. Mas essa escolha foi assim. Me deram várias fotos para escolher e eu olhei muito nos olhos. Então vi o Thiago e falei: - Está aí! Ele vai fazer o Paulo. Não sabia que ele tinha 1 metro e 90 de altura e teria que se produzir, como emagrecer e coisa e tal. E no papel ele foi fantástico. Desculpem-me a brincadeira, mas o único ator que atuou no filme passado e que está neste elenco é o José Dumont. O filme Maria foi tão forte que o converteu, de Diabo (papel que fazia), em São Thiago (risos).

AL Notícias - O senhor realizou o sonho de sua vida ao produzir o filme "Maria, Mãe do Filho de Deus". Agora lança "Irmãos de Fé". Seria essa uma nova etapa para o cristianismo?

Padre Marcelo - Eu agora tenho uma alegria maior. Agora temos o terreno para construir nosso santuário. Agora vai ser todo um trabalho para erguer um santuário que não é meu. Vai ficar para sempre.

AL Notícias - Que mensagem o senhor deixa aos leitores do AL Notícias?

Padre Marcelo - Uma mensagem que está dentro do poema de Fernando Pessoa. Se você quer plantar por alguns dias, plante uma flor. Para anos ou séculos, plante uma árvore. Se é para semente para a eternidade, plante idéias nobres no coração das pessoas que você ama. E faça o convite especial para que assistam "Irmão de Fé". Leve suas crianças e sua família. Faça a experiência e tenho certeza de que você estará sendo semeado para a eternidade.

Manifestações

Oposição crítica falta de quórum para votar proposta da conta única

(foto Carlos Kilian)

Os líderes do PP e PFL, deputados Joares Ponticelli e Antônio Ceron, criticaram severamente a posição assumida pelo governo estadual no caso dos reajustes devidos aos servidores da Segurança Pública e acusaram o governo de estar esvaziando a votação do projeto que permite o uso pelo Executivo de recursos da *conta única*.

Ponticelli leu na tribuna uma mensagem que o governador Luiz Henrique da Silveira enviou aos deputados no dia 29 de setembro de 2003, pedindo a colaboração dos parlamentares na aprovação rápida do Projeto de Lei 254/03 que determinava o aumento salarial dos servidores da Segurança Pública.

"Faltam 14 dias para que esta mensagem faça aniversário e o que podemos ressaltar é que este projeto, aprovado por unanimidade, prometeu um aumento virtual", comentou o parlamentar, que também frisou a falta de diálogo por parte do governador com seus servidores, o que esta-

ria acirrando ainda mais os ânimos. Para ele, o correto seria o governador parar de culpar a baixa arrecadação do Estado, assim como a Lei de Responsabilidade Fiscal - que o estaria impedindo de conceder qualquer aumento -, e assumir que suas promessas foram exageradas. "Quanto ao projeto de lei da conta única, a base governista deveria se mobilizar para que haja quórum nesta Casa", finalizou.

De acordo com Ceron, a bancada de situação está forjando um esvaziamento para que o projeto da conta única não seja votado. "O fechamento da ponte foi uma atitude de desespero, eles não têm mais o que fazer, já que as leis não são mais cumpridas". (DAB/TK)



Ponticelli, na tribuna, leu mensagem de LHS remetida em setembro de 2003



Nadal: "Promessas serão cumpridas"

Nadal rebate

O líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), disse que Luiz Henrique da Silveira é um homem público que mantém sua coerência e, dentro das possibilidades, todas as suas promessas serão cumpridas. Quanto ao Projeto de Lei 254/03, que regula o aumento dos servidores da Segurança Pública, Nadal citou o Artigo 11, inciso II, que afirma que "os valores do aumento serão incorporados em parcelas sucessivas, em percentuais e datas iguais a todos os subgrupos, desde que respeite a arrecadação do Estado e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "Por isso, o governo não pode ser acusado de não cumprir a lei, pois Santa Catarina passa, neste momento, por uma situação financeira que não permite dar o aumento. Temos esse dispositivo na lei.", comentou. (DAB/TK)

Mota defende fumicultores

(foto Carlos Kilian)

O líder do PMDB na Assembleia, deputado Manoel Mota, prometeu, na sessão plenária do dia 14, parar o Congresso Nacional, caso o Brasil ratifique a assinatura do acordo internacional, intitulado Convenção-Quadro, sobre o Controle do Uso do Tabaco, que restringirá o plantio do fumo no país. O assunto foi debatido em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no último dia 15, em Brasília.

Segundo Mota, os 200 mil fumicultores de Santa Catarina estão apavorados com a idéia de serem proibidos de permanecer na atividade. "Essa

questão precisa ser debatida amplamente, pois eles não podem simplesmente ficar sem nenhuma fonte de renda. Se quiserem proibir a plantação de fumo, pelo menos dêem uma outra opção para eles não morrerem de fome", completou. Mota disse que, dependendo das consequências dessa audiência pública, os fumicultores vão invadir o Congresso Nacional. "Vamos tratá-los da mesma maneira como estão tratando esse assunto."

Garantia - O ministro da Saúde, Humberto Costa, pediu que o Senado ratifique a assinatura do Brasil no acordo internacional. Entretanto, Costa garantiu que os agricultores que plantam fumo, e que forem afetados



Deputado Manoel Mota

pela queda da demanda do produto decorrente da assinatura do acordo, receberão apoio do governo.

O Brasil produz 884 mil toneladas de fumo anualmente na Região Sul, o que representa um receita de R\$ 20 bilhões, segundo dados divulgados pela Farsul (Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul). O texto da convenção (constante do Projeto de Decreto Legislativo 602/04), prevê medidas para reduzir a demanda e a oferta de tabaco, inclusive o fim de subsídios para manufatura do produto. O Brasil foi o segundo país a assinar o tratado, o que aconteceu em junho de 2003. (TK)

Desarmamento é criticado

A eficácia do Estatuto do Desarmamento foi questionada na sessão plenária do dia 14 pelo deputado Francisco Küster (PSDB). Para ele, a sociedade respondeu aos apelos do governo federal e se desarmou. "Mas, infelizmente, isso não foi suficiente para que o número de assassinatos diminuísse", comentou.

Segundo Küster, o Estatuto precisaria ser debatido por mais tempo, levando outros fatores em consideração. "Garanto que nenhum bandido foi entregar sua arma. Não acho certo as pessoas manterem armas em casa, mas o Estatuto do Desarmamento não está acabando com o elevado número de assassinatos, como se esperava. Portanto, me pergunto, onde está a eficácia dessa lei?" (TK)

Ação sobre telefonia

A suspensão da cobrança da tarifa de assinatura básica mensal de telefone fixo nos 40 municípios sob a jurisdição da Justiça Federal, em Chapecó, determinada pela juíza substituta da 1ª Vara Federal do município, Elisângela Simon Caureo, vai fundamentar ação judicial coletiva para os municípios da Grande Florianópolis, anunciada pela deputada Odete de Jesus (PL), na sessão plenária de quarta-feira (14).

"Essa fatura que todos pagamos, de mais de R\$ 30,00, é indevida e absurda". A parlamentar também fará um pedido de informação, em nome da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, para saber o que a empresa faz com tanto dinheiro arrecadado através da cobrança da tarifa. A decisão que beneficiou os municípios do Oeste tem prazo de 10 dias, a partir da intimação, para ser cumprida pela Brasiltelecom. Apenas a taxa mensal será suspensa. Os pulsos serão cobrados normalmente, desde que utilizados pelo consumidor. (GMP)

Amor à Educação recebe prêmio nacional

No entanto, a continuidade do projeto vitorioso, denominado Tempo de Aprender e desenvolvido pelos 22 professores da Escola Pública Estadual Mário de Oliveira Goeldner, localizada na cidade de Mafra, Planalto Norte de Santa Catarina, está ameaçada pelas medidas de contenção de despesas desencadeadas no âmbito da administração estadual. Isto, porque sua efetivação implica num total de 120 horas a mais para os professores.

(fotos Eduardo Guedes de Oliveira)

Mírela Maria Vieira

Nascido do projeto de aceleração escolar, *Tempo de Aprender*, proposta curricular ancorada basicamente na integração entre as disciplinas, colocou a Escola Pública Estadual Mário de Oliveira Goeldner, localizada na cidade de Mafra, no ranking das seis melhores do país em Gestão Escolar, uma referência nacional quanto a propostas inovadoras na rede pública de ensino. A instituição ficou entre as seis selecionadas, recebendo um prêmio de R\$ 2 mil - já aplicados em melhorias - e uma viagem para intercâmbio com escolas norte-americanas, onde a diretora Hildegard Tiem se reunirá a outros 23 diretores de diversos estabelecimentos do país. "Vamos ver o que eles fazem por lá, mas também vou levar projetos nossos", afirma ela.

Apesar de estar há tempo no âmbito das discussões teóricas, e desde 1999 integrar a proposta curricular da rede pública estadual catarinense, o planejamento pedagógico efetivado no colégio Mário Goeldner só está em andamento em cinco escolas do Estado, incluindo a de Mafra. "Não é uma novidade o que fazemos aqui. Mas o projeto é efetivado de forma bem diferente em cada escola. O trabalho requer compromisso, colaboração, interação e integração entre os professores. Cada um dá cinco aulas semanais, para cada turma e todos sabem o que o outro está elaborando com os alunos", conta Vânia Lúcia Boaventura da Silva. Professora de Português, ela atua também como coordenadora pedagógica - função que não existe no quadro de carreira do magistério catarinense, apesar de fundamental para o funcionamento do projeto -, e está trabalhando na escola mafrense desde julho do ano passado.

Além da integração do planejamento curricular e pedagógico, a proposta engloba a realização de dezenas

de atividades durante todo o ano, envolvendo a comunidade e parcerias com outras escolas. Tudo vem sendo registrado detalhadamente, desde 2000. Foram estes registros detalhados de cada viagem de estudos, seminário, feira, visita a museus, a aterros sanitários, empresas, saraus literários, apresentações teatrais, somados aos resultados estatísticos - como taxas de aprovação e de permanência de 90% e 100%, respectivamente, além de aumento excessivo na procura por vagas -, que colocaram a escola entre as seis melhores em gestão escolar, conforme reconheceu a Unesco.

Para Hildegard, as professoras Vânia, de Português, Adalci Schneider, de Geografia, e a orientadora educacional Cíntia Kollross, o Prêmio - embora seja importante -, não se compara com a satisfação de ver crianças e adolescentes motivados ao aprendizado, participando ativamente de tudo, com sua capacidade de ver o mundo e atuar nele ampliadamente. "O Prêmio Gestão Escolar é concedido a partir de uma avaliação institucional que, para nós, não tem valor. Para nós, não tem prêmio que pague os resultados que a gente tem visto aqui", resume Cíntia. Porém, talvez justamente o fato de estar num importante ranking nacional possa ser determinante para a continuidade do projeto, que pode ser desmontado no final deste ano.

O prédio que abriga a Escola Mário Goeldner. Atualmente, tem 467 crianças e adolescentes, da Educação Infantil à 8ª série do Primeiro Grau. Dos 22 professores que nela atuam, 99% são efetivos e dedicam um total de 40 horas semanais, definido por lei, aos alunos da Mário Goeldner, além de finais de semana, feriados e datas importantes do calendário. As salas levam o nome de educadores e escritores locais.



Alunos da 5ª série numa aula integrada de História e Inglês. O projeto pedagógico exige a integração entre as disciplinas e, conseqüentemente, dos professores, com base num planejamento anual bastante diferenciado de atividades. Isto é vantajoso, não apenas para os alunos, cujos resultados de aprendizagem melhoram sensivelmente, mas para os professores, que se dedicam exclusivamente a uma escola.



Discutindo a ideologia da solidariedade

Dois dias depois do 7 de setembro, alunos e professores estavam empenhados na realização do 2º Seminário Estudantil "Alerta Brasil". Com enfoque na cidadania e apresentações de grupos de estudantes sobre temas como democracia e sua importância, o Seminário dura dois dias. No detalhe, Hildegard, Cíntia, Vânia e Adalci.

O Prêmio

Oferecido pela Unesco, em parceria com a Fundação Roberto Marinho, Undime e Concede, o Prêmio Gestão Escolar é concedido a escolas públicas cujas propostas curriculares e pedagógicas transformem o processo educacional de crianças e adolescentes, contribuindo não apenas com o aprendizado, mas cimentando o caminho para a formação de cidadãos mais conscientes.